



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata da Sessão Ordinária de 18 de dezembro de 2017

(continuação da Sessão Ordinária de 11 de dezembro de 2017)

(art.º 60.º do Regimento)

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal na Sala das Sessões nos Paços do Concelho.

Às 21h00, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, procedeu à instalação do Senhor Deputado Tiago Serrano Correia de Lacerda como membro da Assembleia Municipal do Porto. Leu a ata de instalação.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio, em substituição do Senhor Deputado Luís Garcia Braga da Cruz; Maria Helena Figueira Vieira Pimentel de Matos, em substituição do Senhor Deputado André Sérgio Navarro de Noronha; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira, em substituição do Senhor Deputado João Pedro Furtado Cunha Semedo; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança de Assunção de Araújo Lima; Maria



Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Diogo Menezes Sottomayor de Brito Navarro, em substituição do Senhor Deputado Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Sofia Borges Proença Mexia Alves, em substituição do Senhor Deputado Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz, em substituição do Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho; Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Bárbara Lopes Veiga; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; José de Magalhães Gagliardini Graça, em substituição do Senhor Deputado Diogo Miguel de Sá Meireles; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição da Senhora Deputada Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Serafim Ferreira Nunes; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição do Senhor Deputado Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira;

Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Ana Júlia Teixeira da Motta de Almeida Campos Furtado, em substituição do Senhor Presidente da Junta, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira; União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, António José Gonçalves Fonseca; União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Luís Manuel Noura Grabulho, em substituição da Senhora Presidente da Junta, Carla Sofia da Silva Soares Maia.



Verificando-se a existência de quórum, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a sessão.

Deu nota da renúncia ao mandato apresentada pelo Senhor Deputado Alfredo César Vasconcellos Navio.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

6. Alteração da estrutura orgânica interna da Câmara Municipal do Porto.

A Senhora Deputada Bárbara Veiga (BE) considerou que é legítimo que o Executivo Municipal proceda à alteração da estrutura orgânica da Câmara, mas que, na sua opinião, devia ser dada a oportunidade aos Grupos Municipais, com assento na Assembleia Municipal, de transmitir os seus pontos de vista sobre a melhor forma de o Município servir a cidade e os seus habitantes.

Disse que o BE considera impor-se um reforço significativo das estruturas de fiscalização e uma atenção redobrada sobre as transmissões de casas e terrenos, não tendo encontrado resposta a essa preocupação na nova estrutura orgânica.

Salientou que é exigência da UNESCO que todos os centros históricos, por si classificados como património mundial, tenham uma entidade responsável pela sua gestão integrada, não concordando, por isso, com a extinção do Departamento Municipal do Centro Histórico.

Mostrou-se também em desacordo com a Extinção da Provedoria do Cidadão com Deficiência.

Disse que o BE se vai abster na votação daquele ponto.



O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) disse que, no seu entender, a macroestrutura da Câmara não devia ser modificada à medida da alteração de pelouros ou de vereadores, e que devia ser essencialmente uma macroestrutura estável e consolidada, com unidades orgânicas adequadas, com capacidade para resolver os problemas da cidade e dos seus cidadãos.

Considerou que, embora não seja um imperativo legal, tinha sido importante ouvir a opinião da Comissão de Trabalhadores sobre aquela alteração à macroestrutura.

Disse que, na sua opinião, as competências atribuídas à Direção Municipal de Mobilidade e Transportes e à Empresa Municipal GO Porto vão gerar alguma confusão, nomeadamente no que diz respeito à eficiência energética e às intervenções na via pública.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PA) disse que o seu Grupo Municipal vai votar favoravelmente aquela modificação da estrutura orgânica da Câmara, por um lado, porque considera que ela respeita os limites legais que lhe são impostos e, por outro lado, porque a criação da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes vem ao encontro daquilo que eram as aspirações do PSD.

O Senhor Deputado Miguel Gomes (RM) disse que compreende a posição do Senhor Deputado Rui Sá quanto ao facto de a estrutura orgânica da Câmara dever ser o mais estável possível, mas a verdade é que a cidade do Porto mudou muito nos últimos anos, os desafios são diferentes e, portanto, é natural que a estrutura orgânica sofra alterações, tendo em vista adaptar as unidades orgânicas da Autarquia aos novos desafios.

Deu nota que, como a Senhora Deputada do BE referiu, o Departamento Municipal do Centro Histórico foi extinto em 2006, pelo que não se pode imputar a sua extinção ao atual Executivo.



Sobre a Provedoria do Deficiente explicou que ela não foi extinta, apenas foi integrada na Provedoria do Município, que vai incluir não só o apoio aos cidadãos com deficiência, mas também apoio aos sem-abrigo, moradores de habitação não municipal, minorias étnicas, refugiados e migrantes, vítimas de violência doméstica e crianças e jovens em situação de risco ou perigo.

Aprovada, por maioria, com 27 votos a favor (RM e PA), 1 voto contra (PS) e 18 abstenções (PS, CDU, BE e PAN)

7. Aprovação do contrato-programa GO Porto para o triénio 2018-2020.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) referiu que as alterações introduzidas no contrato-programa da empresa GO Porto para o triénio 2018-2020 foram muito significativas, nomeadamente a gestão, exploração e rentabilização do Mercado do Bolhão e do antigo Matadouro Industrial do Porto, o que significa que a GO Porto, no âmbito das suas finalidades, passa a poder transferir para entidades privadas e externas ao Município a gestão e exploração daqueles equipamentos.

Disse que não concorda com a alteração que está a ser desenhada no que diz respeito à gestão do futuro Mercado do Bolhão, pois não foi aquele tipo de gestão que foi anunciado aos comerciantes e vendedores do Bolhão, nem tão-pouco o que se anunciou à cidade.

Disse que o BE vai votar contra aquele contrato-programa.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira garantiu que o Mercado do Bolhão vai ser gerido exatamente da forma que foi anunciada. Explicou que o facto de utilizarem a GO Porto como instrumento, como empresa municipal, não quer dizer que vá haver qualquer modelo de gestão privada no mercado do Bolhão.



Disse que o Bolhão será um mercado municipal de frescos em que permanecerão no terrado os comerciantes tradicionais, com os direitos que lhes foram concedidos.

Relativamente ao exterior, disse que também foram preservados os direitos dos comerciantes.

Aprovada, por maioria, com 26 votos a favor (RM, PS e PAN), 5 votos contra (PS e BE) e 15 abstenções, (PS, PA e CDU)

8. Listas dos candidatos para o exercício do cargo de juiz social no Tribunal de Família e Menores do Porto, no biénio 2017-2019.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) quis saber se foi apenas um acaso a maioria dos candidatos selecionados para exercer o cargo de juiz social no Tribunal de Família e Menores do Porto serem licenciados, doutorados e mestrados, uma vez que na proposta apresentada diz que para se ser candidato a juiz social basta saber ler e escrever.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu que acredita que tenha sido um mero acaso porque ninguém foi excluído, ou seja, tudo depende das candidaturas.

Saiu da sala a Senhora Deputada Maria Helena Pimentel.

Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (RM, PS, CDU, BE e PAN) e 6 abstenções (PA).



Entrou na sala a Senhora Deputada Maria Helena Pimentel.

9. Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira leu a síntese financeira referente a outubro de 2017.

Concluiu dizendo que os números reportados a outubro de 2017 indiciam uma execução orçamental em linha com o orçamento, uma tendência decrescente da dívida bancária e a manutenção de um reduzido prazo médio de pagamentos a fornecedores.

O Senhor Deputado Rui Lage (PS) referiu que o conjunto composto pelas escarpas do Douro, pelas pontes que unem Porto e Gaia e pelas respetivas margens ribeirinhas, são provavelmente a moldura paisagística mais marcante e mais reconhecível do Porto, Património da Humanidade, por isso, considerou urgente proceder-se à reabilitação das escarpas do Douro, não só por razões de segurança e de consolidação estrutural, mas também por razões patrimoniais, paisagísticas e estéticas.

Perguntou qual o ponto de situação do projeto de reabilitação da Ponte Maria Pia, anunciado pelo Município de Gaia, pois não ficou claro que tipo de envolvimento vai ter a Câmara Municipal do Porto.

Disse que é incompreensível que mantendo Porto e Gaia um diálogo tão intenso e tão carregado de sentido e de história com o rio Douro, não exista ainda uma ponte pedonal entre as duas cidades.

Pediu ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o projeto de reabilitação da estrada da Circunvalação.



Sobre a taxa turística lembrou que, há alguns meses atrás, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a receita proveniente da taxa turística tinha como objetivo dar continuidade à aquisição de imóveis no Centro Histórico do Porto, exercendo a Câmara o direito de preferência, com a finalidade de os reabilitar e posteriormente colocar no mercado de habitação, a preços controlados. Quis saber porque é que esse desígnio foi abandonado e o objetivo passou a ser para mitigar a pegada turística.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, relativamente às escarpas do Douro, informou que já foram feitas algumas intervenções, nomeadamente nas escarpas das Fontainhas e do Palácio de Cristal e também na Avenida da Ponte, onde se verificaram alguns desprendimentos, mas que, naturalmente, muito mais haverá a fazer, quando for oportuno.

Quanto à ponte pedonal, explicou que as autoridades competentes que zelam pelo património consideraram inexequível a proposta apresentada pelos municípios do Porto e de Gaia, que consistia no alargamento do tabuleiro inferior da Ponte Luís I. Por esse motivo foi necessário pensar numa outra alternativa, tendo-se chegado à conclusão que a melhor solução seria construir a montante uma nova ponte rodoviária, passando o tabuleiro inferior da Ponte Luís I a servir apenas para a passagem de peões e de bicicletas. Disse que aquele assunto está ainda a ser tratado com a Câmara de Vila Nova de Gaia.

Sobre a Ponte Maria Pia informou que o assunto está em avaliação no Urbanismo e que está inscrito em PEDU.

Em relação à Circunvalação, disse que foi consensualizado um plano entre os municípios que ladeiam a Circunvalação, mas surgiram alguns problemas que conflituam com o plano apresentado, entre os quais o facto de a Efacec necessitar de transitar naquela estrada com os seus camiões pesados. Disse que está ainda em estudo a melhor maneira de compatibilizar aquelas duas situações.



O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) pediu ao Senhor Presidente para esclarecer melhor a questão da circulação dos camiões da Efacec na Circunvalação, porque, tanto quanto sabe, o acesso ao Porto de Leixões não é feito pela Circunvalação.

O Senhor Vereador do Pelouro do Urbanismo, Pedro Baganha explicou que a Efacec ainda utiliza a Estrada da Circunvalação para fazer o transporte especial de materiais de grandes dimensões para o Porto de Leixões.

A Senhora Deputada Mariana Macedo (PA) perguntou em que fase é que se encontra o projeto das Eirinhas.

Quis saber qual o plano de ação da Câmara Municipal relativamente aos sem-abrigo e se já foi implementado algum plano de contingência contra o frio.

Deu nota do descontentamento dos feirantes da Vandoma, nomeadamente no que se refere à sua deslocalização para Campanhã e também à falta de condições sanitárias e de estacionamento adequados.

Disse não estar de acordo com a extinção da Provedoria do Cidadão com Deficiência.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira sobre a questão das Eirinhas, disse que aquilo que foi anunciado foi que o projeto de execução das habitações tinha sido enviado para o Fundo e que em breve seria iniciado. Disse que, quando as habitações estiverem concluídas, naturalmente darão prioridade às pessoas que ainda moram no Aleixo.

Relativamente aos sem-abrigo, deu conta que já reuniu algumas vezes com o Senhor Presidente da República, no sentido de ser criada uma estratégia nacional que mitigue o problema dos sem-abrigo.



Quanto à vaga de frio, informou que existe um plano municipal de proteção civil, articulado com a Metro do Porto, que tem identificadas as circunstâncias em que é preciso atuar junto das pessoas que vivem na rua.

Discordou do que disse a Senhora Deputada sobre a Feira da Vandoma. Disse que no início a deslocalização da feira talvez tenha causado alguma perplexidade, mas o *feedback* que tem é que, na generalidade, as pessoas estão satisfeitas.

Sobre a questão da Provedoria do Cidadão com Deficiência, disse que aquela decisão foi tomada ponderando qual deveria ser o papel de um provedor. Chegou-se então à conclusão que o Provedor Municipal devia ter competências mais alargadas e mais abrangentes, pelo que foi criado o lugar de Provedor do Município que abrange também os cidadãos com deficiência.

O Senhor Deputado Belmiro Magalhães (BE) considerou que, de facto, é importante que se tomem medidas concretas, e que se coloque mais empenhamento, na resolução do problema da escarpa das Fontainhas.

Mostrou o seu desagrado pelo facto de os Membros da Assembleia Municipal terem tido conhecimento da extinção da Provedoria do Cidadão com Deficiência através da comunicação social. Disse que, no seu entender, todos os eleitos municipais deviam poder participar na elaboração das propostas e nas tomadas de decisões que estejam diretamente relacionadas com os municípios e com as instituições da cidade.

Perguntou o que é que vai acontecer com o Provedor do Inquilino Municipal, uma vez que aquela figura é contraditória com a argumentação apresentada para a criação da Provedoria do Município.

Chamou a atenção para o problema da falta de balneários e sanitários públicos na cidade do Porto.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que o Provedor do Inquilino Municipal se vai manter, uma vez que, ao contrário do que acontecia com o Provedor para a Deficiência, o seu estatuto é, de facto, o de um Provedor, ou seja, um mediador entre os elementos que representa e a instituição, isto é, o senhorio. Informou que o Departamento Municipal que inclui os serviços de apoio às pessoas com deficiência vai continuar a existir na Câmara Municipal do Porto.

Relativamente aos sanitários, concordou que se trata de um problema municipal. Deu conta que existe um modelo implementado em algumas cidades europeias, que tem estado a analisar, que lhe parece poder ser uma solução para o problema e que consiste basicamente na adesão livre dos comerciantes e dos restaurantes que, a troco de um montante anual pago pela autarquia, permitem que os passantes utilizem as suas instalações sanitárias.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se, tendo em conta a definição que deu do papel do Provedor, encara a possibilidade de recriar a figura do Provedor do Cliente da Águas do Porto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que nas *utilities* devia existir um provedor responsável pelas reclamações dos cidadãos ou, pelo menos, um serviço especializado nessa área.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) quis saber por que razão é que o relatório do estudo encomendado ao ISPUP – Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, sobre as salas de consumo assistido, demorou um ano e meio a chegar ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite considerou que aquela matéria estava claramente fora da Ordem de Trabalhos.



Disse que foi nomeada uma Comissão especificamente para aquele efeito, pelo que todas as questões que pudessem ser levantadas pela senhora Deputada sobre aquele assunto seriam prematuras e inoportunas.

Pedi para serem respeitados os trabalhos da referida Comissão.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara: acerca do não exercício do direito de preferência na venda do ex-Colégio Almeida Garrett; sobre a existência de alguma medida concreta em relação à questão dos parcómetros; sobre a integração dos precários, no âmbito do processo do PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública e, ainda, sobre a carência habitacional na cidade do Porto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, relativamente ao Colégio Almeida Garrett, explicou que a Câmara mandou fazer uma avaliação externa do imóvel, que resultou num valor de cerca de 4,5 milhões de euros. Entretanto, a Universidade do Porto anunciou que ia realizar uma hasta pública do referido imóvel, cuja base de licitação seria de 6,1 milhões de euros, e a Autarquia decidiu não exercer o direito de preferência, tanto mais que dificilmente conseguiria obter o Visto do TdC – Tribunal de Contas, uma vez que o TdC não autoriza a compra de imóveis por valores superiores aos obtidos nas avaliações externas.

Reconheceu que o tratamento da questão dos parcómetros pode ser sempre aperfeiçoado e que, com certeza, serão apresentadas propostas no sentido de tentar corrigir o que está mal nessa matéria.

Quanto aos precários, respondeu que ainda não estão definidas normas de atuação para as autarquias, e que, quando isso acontecer, naturalmente, a Câmara do Porto cumprirá a lei.



O Senhor Deputado Rodrigo Oliveira (PS) deu nota que há quinze anos foi aprovado o Plano de Pormenor das Antas que delimitou várias áreas, entre as quais uma área de habitação global, a cidade nova desportiva do Dragão e do Dragão Caixa, ficando também enquadrado nesse Plano um parque urbano, a construir, que tinha por base a Quinta de Salgueiros, mas que, até à data, nada foi feito naquele espaço.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se já existe algum plano de intervenção para o parque da Quinta de Salgueiros.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que inicialmente se tinha pensado construir na Quinta de Salgueiros o Centro de Recolha de Animais, mas, por causa do ruído da VCI, que não era benéfico para os animais, tiveram que abandonar aquele projeto.

Informou que, atualmente, o que está planeado para aquele espaço é a criação de um Biolab, ou seja, um Centro de Investigação que, utilizando técnicas de naturalização, vai retirar progressivamente as espécies infestantes para criar uma mata urbana com espécies autóctones.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim, José Carvalho sobre a intervenção do Senhor Deputado Belmiro Magalhães, quando referiu que não existem balneários na cidade, informou que no Campo 24 de Agosto existe um balneário municipal, que está a ser explorado pela Junta de Freguesia do Bonfim, no âmbito do acordo interadministrativo com a Câmara Municipal.

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade** e declarou encerrada a sessão, eram 23h00.



O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria